

**ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO
FACULDADE ASCES / UNITA
BACHARELADO EM DIREITO**

MARCOS ANDRÉ BATISTA DA SILVA

**ALTERNÂNCIA DAS CLÃS TRADICIONAIS NA POLÍTICA: UM ESTUDO
DE CASO DE MIGUEL ARRAES E EDUARDO CAMPOS DE 1988 A 2017**

CARUARU

2017

MARCOS ANDRÉ BATISTA DA SILVA

**A ALTERNÂNCIA DAS CLÃS TRADICIONAIS NA POLÍTICA: UM
ESTUDO DE CASO DE MIGUEL ARRAES E EDUARDO CAMPOS DE
1988 A 2017**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico – Faculdade Asces para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Edmilson Maciel.

Orientador: Prof. Msc. Edmilson Maciel Júnior.

CARUARU

2017

RESUMO

A alternância das famílias sempre esteve presente no contexto da política brasileira desde os seus primórdios, sendo um fator limitante da democracia, uma vez que desta forma os governantes são escolhidos dentro de um grupo específico. Em Pernambuco, esta questão é muito presente quando é observado o cenário político traçado por Miguel Arraes e Eduardo Campos no período de 1988 a 2017. Assim, tendo por base essa temática, o presente trabalho pretende responder a seguinte pergunta: é benéfica a alternância das clãs tradicionais na política pernambucana? Tal questionamento traz à tona a questão do voto consciente, sem atrelamentos políticos, onde o cidadão utilize da ética para exercer o direito do voto, independente de partidarismos ou atrelamentos familiares. O objetivo deste trabalho é analisar a questão da alternância das clãs pernambucanas de Miguel Arraes e Eduardo Campos no cenário político. A metodologia utilizada para a sua realização foi o método empírico, uma vez que este avalia fenômenos atuais vigentes na sociedade presente, no momento em que o fenômeno e o contexto não estão ainda definidos com clareza. O tema é de grande relevância, haja vista o cenário de corrupção eleitoral que vive o país. O voto atualmente no Brasil é moeda de troca: vota-se por favorecimento pessoal, quer seja por troca de dinheiro ou promessa de emprego; vota-se para manter as famílias tradicionais no poder. Assim, urge que os pernambucanos usem de fato o poder do voto para que livres de toda ideologia dominante das clãs e exerça a democracia de forma a colocar no poder candidatos de fato envolvidos com as causas públicas, e não apenas os que desejem se perpetuar na política de forma definitiva.

Palavras-chave: Alternância das famílias na política. Política Pernambucana. Eleições.

ABSTRACT

The alternative of the families has always been present in the Brazilian policy from the beginning, being a limiting factor of democracy, since this way the rulers are selected within a specific group. In Pernambuco, this issue is very present when observing the political landscape charted by Miguel Arraes and Eduardo Campos in the period of 1988 to 2017. So, based on this theme, the present study aims to answer the following question: is beneficial to switch from traditional clans in Pernambuco policy? Such questioning brings up the question of conscious vote of politicians, where citizens use of ethics to exercise the right to vote, regardless of party affiliation or family connections. The aim of this study is to analyze the issue of alternation of the clans Miguel Arraes and Pernambuco Eduardo Campos in the political scenario. The methodology used for your achievement was the empirical method, since this evaluates current phenomena in present society, at a time when the phenomenon and context are not clearly defined yet. The topic is of great importance, given the electoral corruption scenario that lives the country. The vote in Brazil's currency: vote for personal advantages, whether for money or promise of employment; vote to keep the traditional families in power. So, urge that the Pernambuco use indeed the power of vote for free from any dominant ideology of the clans and to exercise democracy in order to put in power candidates in fact involved with the causes, not just the public who wish to perpetuate politics permanently.

Keywords: Switching families into politics. Pernambuco politics. Elections.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 O SISTEMA ELEITORAL NO BRASIL.....	9
1.1 O VOTO COMO INSTRUMENTO DA DEMOCRACIA.....	9
1.1.1 O voto de protesto.....	10
1.1.2 O coronelismo e o voto de cabresto.....	11
1.1.3 O uso da ética na escolha do voto.....	13
2 A ALTERNÂNCIA DAS CLÃS TRADICIONAIS NA POLÍTICA EM PERNAMBUCO: MIGUEL ARRAES E EDUARDO CAMPOS.....	15
2.1 BIOGRAFIA DE MIGUEL ARRAES.....	15
2.2 BIOGRAFIA DE EDUARDO CAMPOS.....	16
2.3 UM HISTÓRICO DE 1988 A 2017: O ADVENTO E ASCENÇÃO DE MIGUEL ARRAES E EDUARDO CAMPOS NA POLÍTICA PERNAMBUCANA.....	18
3 PADRÕES DE CARREIRAS POLÍTICAS.....	22
3.1 FAMÍLIAS IDEOLÓGICAS NA VIDA POLÍTICA.....	22
3.2 A ALTERNÂNCIA DO PODER NA POLÍTICA BRASILEIRA.....	23
4 CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS.....	28

INTRODUÇÃO

A democracia no Brasil já possui mais de 30 (trinta) anos. Dentre as conquistas mais importantes neste cenário encontra-se o direito ao voto, que é também uma ferramenta contra a pobreza e a desigualdade social, uma vez que dá poder ao cidadão na escolha dos seus governantes.

Ainda assim, há muito o que se discorrer em relação à democracia e o voto no Brasil em pontos sobre a falta de controle social dos cidadãos, ou por desconhecimento ou por favorecimento ou ainda por acomodação; a corrupção eleitoral vigente no país e também a manutenção das famílias tradicionais no poder, que é a pauta principal deste trabalho.

Schreiber (2015, p.1) reforçou este ponto de vista quando afirmou que:

Cientistas políticos apontam diferentes fatores que reduzem a qualidade do regime democrático brasileiro, como o poder limitado da população de monitorar e influenciar as decisões do governo, a corrupção elevada e a desigualdade social ainda alta, que limita os direitos de parte da população.

Desta forma, é preciso que o cidadão brasileiro seja dotado de políticas públicas que forneçam o acesso à educação e ética para que possam exercer o direito do voto livre de quaisquer espécie de tendência maléfica: como a manutenção das famílias tradicionais no poder; os favorecimentos utilizando-se da máquina pública; o uso do voto de protesto como forma de macular mais ainda a democracia brasileira, dentre outros pontos conflitantes pontuais.

Pensando nas primeiras experiências políticas no Brasil, durante a primeira república já era constatada uma grande corrupção no país para favorecer a alternância do poder entre as famílias tradicionais (SOUZA, 2016, p. 2), dando lugar, assim, aos chamados “políticos de carreira”, que vivem de geração a geração inserindo seus membros familiares na política.

A política de carreira pode ser verificada na vida política de Miguel Arraes, que foi deputado estadual, federal e governador de Pernambuco por três vezes (IMA, 2014), dando continuidade a sua vida política através de seu neto Eduardo Campos, que foi governado do estado por duas vezes e forte candidato a presidente do país em 2014, antes do trágico acidente que acabou com sua vida.

Miguel Arraes de Alencar foi eleito pelo Partido Social Trabalhista (PST) como governado do estado pela primeira vez em 1962. No ano de 1986 foi novamente eleito governador do

Estado, depois de ter passado anos exilado na Argélia por causa do Golpe Militar de 1964. Nos anos de 1994 foi eleito novamente governador do estado com seus 78 anos, completando assim seu terceiro mandato. Era um político que se caracterizava pelos seus programas populares, tendo falecido em 2005 em pleno exercício de seu mandato (PERNAMBUCO, 2017).

Eduardo Campos, neto de Miguel Arraes, deu continuidade à vida política de seu avô. Desde muito jovens começou a conviver com a política, ainda na faculdade deu início a sua própria carreira política como presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia, e daí para frente sua vida política só cresceu, se tornando governador do estado por duas vezes e sendo um candidato a presidência muito forte.

Sendo esta questão uma presença constante na política brasileira, o presente trabalho pretende responder a seguinte pergunta: **é benéfica a alternância das clãs tradicionais na política pernambucana?** Tal questionamento traz à tona a questão do voto consciente, sem atrelamentos políticos, onde o cidadão utilize da ética para exercer o direito do voto, independente de partidarismos ou atrelamentos familiares.

O tema é de grande relevância, haja vista o cenário de corrupção eleitoral que vive o país. O voto atualmente no Brasil é moeda de troca: vota-se por favorecimento pessoal, quer seja por troca de dinheiro ou promessa de emprego; vota-se para manter as famílias tradicionais no poder, que é o foco deste trabalho, porém o voto pouco é dado como instrumento de mudança e renovação, como apropriação do direito do cidadão. Por isso, o cenário da política brasileira carece de estudos, especialmente na área acadêmica, onde ainda é muito escasso neste sentido, para que possam ser avaliados os motivos de voto dos brasileiros, e sejam posteriormente pensadas em soluções para que a sociedade venha a exercer o direito do voto de forma a beneficiar o Brasil, a começar dos municípios em que residem.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a questão da alternância das clãs pernambucanas de Miguel Arraes e Eduardo Campos no cenário político.

Segundo o Dicionário Michaelis online o termo clã é utilizado para: “Tribo constituída de várias famílias de origem comum, entre os antigos gálios, escoceses e irlandeses; grupo de famílias que descendem de ancestrais comuns; grupo de pessoas que pertencem a uma só família; grupo de pessoas unidas por interesses comuns e Facção, partido (MICHAELIS ONLINE, 2017). Neste trabalho será utilizado o sentido de clã para grupo de famílias que descendem de ancestrais comuns.

A metodologia utilizada para a sua realização foi o método empírico, uma vez que este avalia fenômenos atuais vigentes na sociedade presente, no momento em que o fenômeno e o contexto não estão ainda definidos com clareza (YIN, 2005, p.32).

Foi utilizado neste trabalho a coleta de dados para análise qualitativa, como é comum nas ciências sociais, haja vista, que dados apenas numéricos são incapazes de demonstrar com clareza a realidade social. A pesquisa foi bibliográfica, com base em materiais já publicados como boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos, dentre outros.

1 O SISTEMA ELEITORAL NO BRASIL

Iniciaremos o presente trabalho abordando a partir de dados históricos sobre o sistema eleitoral no Brasil, que foi ao longo do tempo evoluindo através da conquista do voto, em primeiro momento usado erroneamente, assim, faremos um estudo, passando pelo voto como instrumento de democracia, o voto de protesto, o coronelismo e o voto de cabresto e, finalizando o uso da ética na escolha do voto.

1.1 O VOTO COMO INSTRUMENTO DA DEMOCRACIA

O voto foi um direito arduamente conquistado, teoricamente deveria ser um instrumento de democracia utilizado para dar voz ao povo e fazer a valer a vontade dos mesmos. Na prática, o voto se tornou uma obrigação que muitos não entendem e até fazem mal uso, vendendo ou trocando por favores, o que empobrece cada vez mais o país.

A história do voto começa a mais de 500 anos, onde apenas podiam votar os *homens bons*, aqueles que possuíam qualidades e posses, quase sempre envolvidos com a burocracia civil e militar. Assim, uma pequena parte da população tinha o direito ao voto, ou seja, de ter sua voz ouvida. As mulheres, os pobres, índios, soldados e todos aqueles que não alcançassem o mínimo estipulado pela constituição na época não poderiam votar (CELLOS, 2012).

Assim, percebe-se a grande importância do direito ao voto, pois por muito tempo o mesmo foi causa de protestos e lutas para a garantia desse direito. Atualmente o voto é um instrumento da democracia, mal utilizado é verdade, mas ainda sim, muito importante.

Quando se pensa em democracia a primeira coisa que se imagina é no período da política eleitoral, nas propagandas eleitorais obrigatórias, nas inverdades contadas ao longo dessa fase, quando muitos na verdade se esquecem que esse é um momento onde é dada aos cidadãos a chance escolher a pessoa que vai representar a sociedade no cenário político. O que carece neste momento é a sociedade se imbuir de espírito crítico para ouvir e pesquisar sobre cada candidato, buscando conhecer a sua vida política, pois somente assim saberia usar com mais sabedoria e ética o voto.

A democracia nas palavras de Ribeiro (*apud* Cellos, 2012, p. 31) é definida como:

A palavra democracia tem origem do latim, onde *demos* quer dizer povo e *kratos* significa poder. Daí o entendimento de democracia como poder do povo e não como, comumente é definido, governo pelo povo. O poder do povo implica dizer que poderiam estar no poder uma só pessoa, ou mesmo um grupo de pessoas, e que mesmo assim o espírito democrático ainda

não estaria afastado, desde que o poder, em última análise, ainda pertença ao povo. Assim, o fundamental é que a escolha do indivíduo ou grupo governante seja realizada pelo povo e que este realize o controle de como aqueles governam.

Frente ao exposto pelo autor supracitado, a democracia é o poder do povo e o voto é o instrumento usado para fazer valer esse poder, se o voto permanecer a ser banalizado e o próprio povo agir sem responsabilidade ou ética na hora de usar esse instrumento o país tende a descair cada vez mais na questão política. Nas palavras de Silva (2006, p.232):

[...] o regime democrático é uma garantia geral da realização dos direitos humanos fundamentais. Vale dizer, portanto, que é na democracia que a liberdade encontra campo de expansão. É nela que o homem dispõe da mais ampla possibilidade de coordenar os meios necessários à realização de sua felicidade pessoal. Quanto mais o processo de democratização avança, mais o homem se vai libertando dos obstáculos que o constroem, mais liberdade conquista.

Percebe-se que segundo as palavras de Silva (2006) e Ribeiro (2012) a democracia significa o mesmo que liberdade, liberdade essa que só se pode garantir através do voto, é através da democracia que a sociedade se desprende das amarras do governo, isso fazendo valer os seus direitos e usando com responsabilidade o instrumento mais poderoso que é o voto. Ainda é possível inferir que o sistema eleitoral brasileiro, apesar de muito sofisticado, não consegue limitar o voto forçado pelas relações de poder sob o povo brasileiro.

1.1.1 O voto de protesto

O voto de protesto pode ser entendido como a forma em que a população, em sua ignorância, acredita estar atingindo o governo, anulando seu voto ou mesmo votando em candidatos excêntricos e que claramente nem tem condições de assumir com responsabilidade as funções políticas a que se propõe.

Nas palavras de Queiroz e Mergulhão (2013, p. 03,04) sobre o voto de protesto:

o voto de protesto tem seus defensores calcados na má administração pública, escândalos e corrupções de todo gênero e grau, o descaso que é sentido por tais eleitores, a falta de condições legais para fazer valer os direitos reclamados pela população, e o descaso apresentado por seus representantes legais junto ao poder público, fazem dos eleitores meros espectadores, sem condição alguma de reclamar e ser ouvido. A população sente-se no mais isolado silêncio dos acordos firmados por partidos e políticos que são eleitos para fazer valer os direitos da sociedade que os elegeram. Tais sentimentos expressados de forma quase que irracional, levam milhares de eleitores a anular o voto, votar em

branco ou fazer do voto um protesto. Sem conhecimento de causa, elegeм de forma massiva a certos personagens caricatos, como forma de expressão de liberdade, uma liberdade falsa.

O primeiro caso de voto de protesto datado no Brasil foi em 1959, foi de um animal do zoológico de São Paulo, conhecido como rinoceronte Cacareco, que venceu as eleições para vereador com mais de 95 mil votos. Esse caso é um exemplo da revolta da sociedade, e percebe-se que essa revolta dura até os dias atuais, tendo como exemplo o caso mais recente em 2010 com as eleições para deputado federal, onde o humorista Tiririca foi eleito com mais de 1,3 milhões de votos e reeleito em 2014, através de uma candidatura irônica e vergonhosa para o país, utilizando frases do tipo "Pior que tá não fica", onde o mesmo sempre fazia analogias ao governo e ao povo, sem a menor preparação ou conhecimento da importância do cargo que iria ocupar (O GUIA DOS CURIOSOS, 2017).

O voto de protesto é uma triste realidade na população brasileira, que ao invés de procurar informação e participar dos processos políticos, escolhem meios que vão de encontro à ética e a moral na escolha do seu voto, dando espaço para que cada vez mais políticos corruptos assumam os cargos públicos por um uso indevido do voto.

Sobre as consequências do voto de protesto Queiroz e Mergulhão (2013, p. 04), afirmam que:

O voto de protesto expresso nas urnas sirva contra os interesses de tais "cabos eleitorais", e de seus praticantes, pois ao elegerem os personagens alvos de seu protesto, estão em contra partida elegendo outros personagens que não são alvos de seus votos, mas são beneficiados pelos protestos, e como é conhecido por todos, os números dos votos inválidos sempre foram muito expressivos.

Percebe-se assim que ao usar o voto como forma de protesto só serve para incluir ainda mais corruptos ao governo, uma vez que muito dos quais não se tem o interesse de votar é beneficiado pelo protesto que geralmente se expressa com números que superam todos os demais candidatos. Tal fato consolida-se numa falta total de moral e ética no exercício da cidadania através do voto.

1.1.2 O coronelismo e o voto de cabresto

Historicamente podemos encontrar o coronelismo desde os primórdios da colonização do país, por meio das capitâncias hereditárias, onde a Coroa Portuguesa dividiu o país em grandes lotes de terras, e entregavam aos donatários que eram as

pessoas que possuíam as melhores condições econômicas, com a morte dos donatários as capitania passavam para seus descontentes (COTRIM, 1999).

O coronelismo se consolidou durante o período da República Velha (1889-1930), nesse período se tornou o sistema político característico, onde o poder era consertado nas mãos dos latifundiários, fazendeiros, senhores de engenho (TEODÓSIO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2012).

O coronelismo e o voto de cabresto era um fenômeno conhecido no tempo da república velha, nessa época o voto não era secreto, o que foi estabelecido pela Constituição da época, assim, os coronéis que eram os grandes fazendeiros, usavam esse conhecimento e mantinham os eleitores muitas vezes seus funcionários sobre seu domínio, por isso a expressão “cabresto”.

O coronelismo foi uma forma de poder que ficou conhecido pelo seu autoritarismo e sua opressão exercidos por chefes políticos diretamente ligados ao meio rural, modelo que se verificou em todo o país, mas em especial no Nordeste. No campo político brasileiro, notadamente durante a República Velha compunham um modelo oligárquico de manutenção de poder onde nos Estados os coronéis garantiam a perpetuação do mesmo grupo político no controle do governo estadual e estes mantinham nos municípios sempre alguém ligado ao “coronel” mais poderoso (TEODOSIO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2012, p. 01).

Entende-se que o coronelismo era baseado nos atos de força e opressão, geralmente exercido pelos fazendeiros aos seus trabalhadores, que por sua simplicidade e necessidade, se viam obrigados aceitar as imposições dos coronéis, o que ficou conhecido como voto de cabresto.

De acordo com Lima (2014, p. 02), o coronelismos foi:

Uma das bases fundamentais de sustentação do domínio oligárquico na República Velha e foi um fenômeno comum em todo o país. Coronéis eram os grandes proprietários rurais de grande autoridade da região, político mais influente, patrão, padrinho de casamento ou batismo, a quem todos deviam favores e obediência, aquele que não hesitava em usar a força para conseguir seus objetivos.

Assim fica claro o porquê dos eleitores se submeterem a votar em quem os coronéis estimulassem, o medo era a chave de todo o controle dos coronéis.

O coronelismo tinha o caráter oligárquico onde “uma mão lava a outra”, os coronéis apoiavam em primeiro lugar as eleições municipais e depois estaduais e federais, assim os coronéis tinham os chamados currais eleitorais que eram a área por onde os mesmos tinham influência para manter todo no controle (LIMA, 2014).

Além da função política, o coronel apresentava uma paternalista e clientelista atuação social: ele era o padrinho, o compadre, a pessoa que mandava soltar e prender, arrumava casamentos, promovia festas, acomodando criminosos, dando terras aos agregados que viviam em suas fazendas, protegendo-os da polícia e auxiliando – os em qualquer necessidades, da cura de doenças à redação de uma simples carta. Arrogante, exigia dos submissos obediência absoluta, prestação de serviços, participação nos grupos de jagunços para disputar a liderança de uma localidade com outros coronéis (FARIAS, 1997, p.123).

Percebe-se frente ao exposto pelo autor supracitado que além do poder e do medo que os coronéis passavam para seus trabalhadores, eles ainda concediam favores que seriam cobrados com a liberdade de escolha, tornando os mesmos alienados e sobre seu total domínio.

Atualmente nos deparamos com o coronelismo disfarçado por nomes maquiados para não serem notados, mas a verdade é que a maioria das pessoas ainda vivem sobre o cabresto de alguém e se sente obrigado a votar no candidato que lhe é imposto, exemplo claro dessa situação são os funcionários das prefeituras, que se vem obrigados a apoiar os candidatos dos que estão no poder para manter os empregos, e com essa realidade fica clara a presença do coronelismo ainda nos dias hoje.

Sobre o coronelismo na atualidade Teodósio, Oliveira e Rodrigues (2012, p. 03) afirmaram que:

Imagina-se que o coronelismo é coisa do passado, porque hoje se vive em um sistema político com um novo nome, mas esse novo sistema é uma forma mascarada de coronelismo. O que é colocado hoje nesse novo sistema não diverge do que era imposto na República Velha, continuam as formas de autoritarismo, a repressão aos adversários políticos, o abuso do poder. A diferença que se encontra entre os dois sistemas é na forma de escolher seus representantes, no primeiro sistema o voto é aberto e restrito (só quem podia votar eram homens maiores de 21 anos, alfabetizados e de boas condições econômicas), no segundo sistema a forma do voto é secreto, livre e democrático.

Ainda sobre o coronelismo nos dias atuais Lima (2014, p.03), afirma que:

Mesmo com tantos avanços e conquistas, mesmo o voto sendo exercido de forma direta e secreta o mandonismo ainda tem força na política brasileira. O fenômeno ocorre com maior frequência em pequenas cidades do interior brasileiro onde a principal fonte de renda é a prefeitura. Ora, um local pouco desenvolvido, onde a economia gira em torno de uma prefeitura o grande “coronel” será o prefeito, que usa dessa força para se beneficiar. Mesmo que o uso da força e da coerção não exista, e sendo o voto secreto, mesmo assim as pessoas sentem-se amarradas e obrigadas a votar em determinado candidato. É por isso que é forte a expressão: “ é quase impossível ganhar de quem está no poder”, os cidadãos que dependem desse emprego vindo da prefeitura, ainda que simpatizem com o candidato da oposição, gostem de suas propostas, não poderão escolher livremente em quem votar, em quem entendem ser o melhor para sua cidade, eles se veem obrigados a votar no prefeito ou no candidato apoiado por ele.

É notório que o tempo mudou, as pessoas mudaram, mas as formas de governo e política ainda continuam as mesmas, mascaradas pelas palavras bem colocadas e a ilusão de direitos que são manipulados e direcionados para onde convir aos que estão no poder, assim, a palavra democracia que deveria representar liberdade de escolha e direito a voz e participação, na verdade esconde o coronelismo, e infelizmente o sistema democrático tão lutado por muitos ao longo dos anos, na realidade não existe.

1.1.3 O uso da ética na escolha do voto

Segundo Mário Sérgio Cortella: “ética é o conjunto de valores e princípios que usamos para responder a três grandes questões da vida: 'quero? devo? posso?'. Nem tudo que eu quero eu posso; nem tudo que eu posso eu devo; e nem tudo que eu devo eu quero. Você tem paz de espírito quando aquilo que você quer é ao mesmo tempo o que você pode e o que você deve” (O QUE é ética, 2013).

De acordo com o pensamento de filósofo Mário Sérgio Cortella, podemos entender que o uso da ética na escolha do voto é muito importante, tendo em vista que o voto é o instrumento pelo meio do qual vamos eleger aqueles que vão representar as cidades, os estados e o país. Então no momento de se corromper com induções, trocas de favores, venda do voto ou mesmo o voto de protesto, devemos levar em conta as três questões citadas por Cortella “quero, devo, posso”, e entender que nossa decisão é possível acarretar em inúmeras consequências e todas elas serão de nossa responsabilidade, quer sejam elas boas ou ruins.

Nas palavras de Pinto (*apud* Mansoldo, 2010, p. 01) o compromisso ético com o voto é necessário para a manutenção do país, assim:

É preciso que fique bem sedimentada, no grupo social, a ideia de que o processo eleitoral é a seiva que revitaliza o Estado democrático. Todos têm o dever de zelar por sua regularidade, retirando dele tudo o que possa contaminá-lo ou levá-lo ao descrédito. A prosperidade, na democracia, tem como base a lisura e a confiabilidade no processo eletivo. Se a corrupção, o abuso, a fraude nele forem tolerados, definitivamente, a nação, que o consente, será pobre [...].

Frente às palavras de Mansoldo, percebe-se a importância da participação e conscientização de toda a população brasileira, onde os mesmo devem procurar seus direitos, assim como saber a importância de seus deveres e de suas escolhas para os representantes do país, para tanto seria necessário a reeducação política da população,

para que todos entendessem a responsabilidade que detém nas mãos e não usam com sabedoria, fugindo muitas vezes da ética que rodeia o voto.

A manutenção da ética no uso do voto deve ser buscada cada vez mais, pois a mesma representa a conduta de cada um frente ao outros e a si mesmo frente a compreensão dos ideais (ALVIN, 2017) sendo dessa forma um aspecto utilizado para o bem coletivo.

Alvin (2017, p. 01), afirma sobre a ética que:

Não é algo a ser exigido apenas dos atores políticos – partidos e candidatos, mas ainda dos eleitores, dos órgãos de imprensa, do Poder Judiciário e, fundamentalmente, do próprio Poder Legislativo, que, em tempos de reforma política, deve moldar todo e cada passo do trabalho de aprimoramento normativo segundo o interesse público, impedindo ou evitando a construção de arranjos artificiais que apenas satisfaçam a cobiça política, ignorando em tom de solenidade as importantes expectativas do povo.

Compreende-se que o uso da ética é um importante instrumento a ser usado contra a corrupção, é uma forma que apela para a consciência dos indivíduos, mais frente ao que se vivencia na política brasileira a ética pode sim ser uma esperança para a mudança da realidade vivenciada.

2 A ALTERNÂNCIA DAS CLÃS TRADICIONAIS NA POLÍTICA EM PERNAMBUCO: MIGUEL ARRAES E EDUARDO CAMPOS

Nessa seção abordaremos a alternância das clãs tradicionais na política em Pernambuco, os chamados “políticos de carreira”, que vivem de geração a geração inserindo seus membros familiares na política. Nesse estudo serão destacados Miguel Arraes e Eduardo Campos, apresentado a biografia de ambos e o advento e ascensão dos mesmos na política pernambucana.

1.2 Biografia de Miguel Arraes

Miguel Arraes de Alencar (Figura 1) nasceu em Araripe, Ceará em 15 de dezembro de 1916, apesar de ser cearense sua carreira política aconteceu somente em Pernambuco, sendo o maior expoente de esquerda brasileira. Alencar concluiu o curso secundário no colégio Diocesano no Crato em 1932, e logo em seguida mudou-se para Recife. Na capital pernambucana o mesmo foi aprovado no concurso para trabalhar no Instituto do Açúcar e do Alcool- IAA, hoje extinto (IMA, 2017).

Figura 1 – Ex-governador Miguel Arraes.



Fonte: (SEVERO, 2017).

Através do IAA, Alencar conheceu Barbosa Lima Sobrinho, que convidou o mesmo a ser secretário estadual da fazenda e em 1948. Em 1950 disputou as eleições para deputado estadual, ficando na suplência, mas depois ocupou a tão esperada cadeira. Assim a sua vida política foi ganhando força, e em 1958 chegou a Assembleia Legislativa de Pernambuco. Nos anos seguinte voltou a Secretaria da Fazenda como titular (IMA, 2017).

O ano de 1959 foi muito importante para Alencar, foi o mesmo foi convocado a ser candidato a prefeito do Recife, onde foi eleito, assumindo assim seu primeiro mandato executivo.

Com todo seu êxito político, Alencar se candidatou a governador do estado, se tornando governador em 1962, não chegou a concluir seu mandato em virtude do Golpe Militar, onde o mesmo foi compelido a renunciar para evitar a prisão, mas mesmo após

sua renúncia foi preso em 1º de abril de 1964 e libertado apenas em 25 de maio do ano seguinte, onde o mesmo foi exilado para a Argélia, retornando apenas em 1979 com a anistia (PERNAMBUCO, 2017).

Assim, de volta ao país, Alencar voltou também para a vida política, e em 1982 foi eleito deputado Federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Foi novamente deputado federal em 1990, desta vez afiliado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 1994 foi novamente eleito governador do estado.

Em 2005 Alencar morreu aos 88 anos e em pleno exercício do seu mandato.

2.2 Biografia de Eduardo Campos

Seguindo os exitosos passos do avô Miguel Arraes, Eduardo Campos (Figura 2) é outro nome que necessariamente precisa ser lembrado no cenário político pernambucano, dando seguimento à clã de famílias no poder.

Figura 2 – Ex- Governador Eduardo Campos



Fonte: Matais (2016).

Nascido em Recife em 10 de agosto de 1965, Eduardo Henrique Accioly Campos, filho da advogada Ana Arraes de Alencar e do poeta e cronista Maximiano Accioly Campos; era casado com a economista Renata de Andrade Lima, com quem teve cinco filhos: Maria Eduarda, João Henrique, Pedro Henrique, José Henrique e Miguel (LÍGIA, 2016).

No ano de 1985, Eduardo Campos graduou-se em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sendo aluno laureado e tendo atuado como Presidente do Diretório Acadêmico (LÍGIA, 2016), dando assim os primeiros passos de engajamento político.

No ano de 1986, Campos participou da campanha do avô Miguel Arraes tornando-se em 1987 Chefe de Gabinete (LÍGIA, 2016). Este foi seu primeiro cargo na vida política no seguimento das famílias no poder.

Eduardo Campos ainda foi governador no estado de Pernambuco por dois mandatos (em 2006 e reeleito em 2010). Também foi Deputado Estadual em 1990, Secretário da Fazenda (1995), Deputado Federal por dois mandatos (1988 e 2002) Ministro da Ciência e Tecnologia (2003), Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 2005 e finalmente pré-candidato à Presidência da República nas eleições de 2014, ocasião em que teve um trágico falecimento causado por acidente aéreo em Santos, São Paulo, no dia 14 de agosto de 2014, coincidentemente, no mesmo dia da data de falecimento do avô Miguel Arraes (LÍGIA, 2016).

É relevante ainda destacar que nas eleições de 1988, Campos foi o Deputado Federal mais votado no estado de Pernambuco. E em 2002, tornou-se um dos principais articuladores do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Já no 2005, chegou à presidência nacional do PSB. Nas eleições de 2006 conquistou a reeleição para governador em Pernambuco no primeiro turno, e no ano de 2010 tornou-se o governador mais bem votado no Brasil (ÚLTIMO SEGUNDO, 2017).

Eduardo Campos participou da criação da primeira Secretaria de Ciências e Tecnologia do Nordeste e da primeira Fundação de Amparo à Pesquisa de Pernambuco (Facepe) (EBIOGRAFIA, 2016).

Dentre as realizações de Eduardo Campos enquanto Governador de Pernambuco, destacam-se:

Eduardo Campos cumpriu seu programa de governo, com a construção de 3 hospitais, 14 Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e 13 escolas técnicas em todas as regiões do Estado. Lançou o programa de segurança, "Pacto pela Vida", que reduziu os índices de criminalidade do Estado. Com a ampliação do porto de SUAPE e a construção do Estaleiro Atlântico Sul, a economia do Estado apresentou índices de crescimento econômico superiores aos do Brasil (EBIOGRAFIA, 2016, p. 1).

O prestígio político de Eduardo Campos foi enorme e crescente em toda a sua carreira política, tendo sido cotado em terceiro lugar nas pesquisas de intenção de voto para Presidente, junto à Marina Silva.

A administração de Eduardo Campos foi reconhecida como uma das mais eficazes do país e premiada pelo Movimento Brasil Competitivo. Foi considerado pela Revista Época, um dos 100 brasileiros mais influentes do ano. Em 2010, por duas vezes ocupou o primeiro lugar no Ranking de

Governadores do Instituto Data folha de Pesquisas, chegando ao índice de 80% de aprovação entre os pernambucanos (EBIOGRAFIA, 2016, p.1).

Após a sua morte, Eduardo Campos teve o nome citado em esquemas de lavagem de dinheiro que teria movimentado em torno de R\$ 600 milhões destinados à campanha de reeleição do governador em 2010, bem como nas eleições presidenciais de 2014. A Polícia Federal cogitou ainda que parte do dinheiro foi usado para compra do avião em que o mesmo estava presente na ocasião do acidente que causou a sua morte (LÍGIA, 2016).

2.3 Um histórico de 1988 a 2017: O advento e ascensão de Miguel Arraes e Eduardo Campos na Política Pernambucana

Diante da relevância dos nomes de Miguel Arraes e Eduardo Campos como integrantes da clã na política pernambucana, faz-se necessário um recorte entre 1988 a 2017 para análise do advento e ascensão desses políticos no estado de Pernambuco.

Tendo por base 1988, o ano em que foi lançada a nossa Carta Magna, neste período Miguel Arraes já fazia parte há muito do cenário político, conforme registrado no presente trabalho em sua biografia, quando no período anterior – da Ditadura Militar, precisou pedir exílio na Argélia durante 14 (catorze) anos. Já de volta ao Brasil, anistiado, no ano de 1988 Arraes candidatou-se a governador de Pernambuco, mas perdeu a eleição para Jarbas Vasconcelos (PORTAL UFCG, 2017).

Em 2002, Miguel Arraes foi eleito deputado federal, mas não concluiu o mandato devido à complicações de saúde que levaram ao seu falecimento em 13 de agosto de 2005. Dando lugar ao neto Eduardo Campos, Arraes despediu-se da vida pública, mas deixou um forte herdeiro na clã política em Pernambuco.

Eduardo Campos foi deputado, ministro e governador. Era também filho de Ana Arraes, ex-deputada e Ministra do Tribunal de Contas (TCU), devido à grande influência do filho no Congresso Nacional.

Após militância no PMDB, Campos filiou-se ao PSB em 1990 e pela legenda chegou ao Congresso Nacional como deputado estadual em 1994, com 133 mil votos. Seu mandato iniciou em fevereiro de 1995, tendo Campos logo após assumido o cargo de secretário estadual de Fazenda no terceiro mandato de Miguel Arraes (CARTA CAPITAL, 2014).

No ano de 1988, Campos foi eleito o deputado mais votado de Pernambuco, com um total de 173.657 votos. E em 2002 foi eleito para o terceiro mandato para deputado federal, sendo mais uma vez o mais votado no estado de Pernambuco (CARTA CAPITAL, 2014). Assim, vê-se a grande influência de Eduardo Campos, muito conhecido pelo seu carisma no estado de Pernambuco. Sua carreira foi apenas interrompida devido ao trágico acidente em 2014, que ceifou a sua vida durante a campanha presidencial quando foi candidato junto a Marina Silva.

Seguindo os mesmos passos do pai, João Henrique Campos, assumiu a chefia de gabinete do governador Paulo Câmara (PSB) em 19 de fevereiro de 2016, com o apoio da mãe Renata Campos, também militante política. Ocasão dos 22 (vinte e dois anos), mesma idade em que Eduardo Campos foi indicado pelo pai Miguel Arraes para a mesma trajetória política, na ocasião em que era governador do estado (MENDES, 2016).

Ainda estudante de engenharia civil no período supracitado, João Henrique Campos sofreu duras críticas ao aceitar o cargo de chefe de gabinete devido à falta de experiência profissional e política.

Mais do que o primeiro emprego de um jovem que vem de uma família de políticos, a posição de João hoje é vista por analistas como um estágio para a sua candidatura a deputado federal em 2018. Diferentemente de Eduardo, que foi tutelado no início da vida política de perto por Miguel Arraes, os principais conselhos recebidos por João não virão de dentro do poder, mas da sua própria casa (CARTA CAPITAL, 2014, p. 2).

Dessa forma, consolidou-se a tomada do poder da família Arraes e Campos na política pernambucana. Vale salientar ainda a presença da irmã de João Campos, Maria Eduarda Campos, na gestão pública, num cargo técnico na Prefeitura do Recife, na época comandada por Geraldo Júlio (PSB). Maria Eduarda Campos foi estagiária na Secretaria de Planejamento Urbano de Recife durante um ano e sete meses, tendo recebido uma bolsa mensal de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), e atualmente assumiu a gerência do zoneamento especial do Instituto Pelópidas Silveira, que pertence à secretaria supracitada recebendo um salário de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no seu primeiro emprego de arquiteta com a idade de 23 (vinte e três) anos (CARTA CAPITAL, 2014).

Tal fato é bastante desanimador num país onde as ofertas de emprego são escassas, especialmente para jovens sem experiência. Isso sem contar com os baixos salários que são oferecidos em tais casos. Vale ainda lembrar dos salários oferecidos em cargos iguais em concursos públicos, que muitas vezes não alcança tal patamar e ainda são extremamente concorridos. Dessa forma, questiona-se se de fato é salutar na política

brasileira a manutenção das clãs no poder, fato este que aumenta enormemente a desigualdade no país, trazendo à memória a questão do coronelismo, assunto também pontuado neste trabalho.

Vê-se assim a grande influência de Renata Campos, não apenas na gestão política do marido, mas também dos filhos. “Com a morte de Eduardo, Renata assumiu o papel de ser a guardiã do capital político da família”, afirmou Túlio Velho Barreto, cientista político da Fundação Joaquim Nabuco, de acordo com Carta Capital (2014, p. 2).

Fora os filhos de Eduardo Campos, Marília Arraes, prima deste, mantém o segundo mandato como vereadora, porém rompeu com a família Campos em 2014, quando divergiu sobre a indicação do PSB de João Henrique para a Secretaria da Juventude (CARTA CAPITAL, 2014).

Diante de tais questões, o cientista político da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Vannuncio Pimentel, em sua tese de doutorado, tratou da influência das famílias tradicionais na política nordestina, onde citou João Campos como indicado para o cargo vigente apenas por ser filho de Eduardo Campos, devido à sua falta de experiência em todos os sentidos, ressaltando que este tipo de indicação é muito comum no Brasil (CARTA CAPITAL, 2014).

Reforçando este fato, o cientista político do Instituto Maurício de Nassau, Adriano Oliveira, afirmou que Paulo Câmara e Geraldo Júlio apenas chegaram ao poder devido à influência de Eduardo Campos. “A nomeação de João Campos pode criar entre os eleitores uma percepção de que a família Campos ainda manda no estado”, disse à Carta Capital (CARTA CAPITAL, 2014, p. 3).

Existe ainda uma gama de parentes de Eduardo Campos na vida pública. Paulo Câmara é casado com uma prima segunda de Campos. O mesmo indicou uma cunhada e dois sobrinhos no governo do estado e também dois primos da esposa para o Tribunal de Contas de Pernambuco, embora que o estado foi o primeiro a decretar uma lei contra o nepotismo no ano de 2007 (Lei Complementar nº 97, de 1º de outubro de 2007), quando Campos estava à frente do governo do estado (CARTA CAPITAL, 2014).

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE), que tem a responsabilidade de fiscalizar as contas provenientes do estado, sofre grande influência da família Campos, uma vez que Renata Campos é auditora concursada no mesmo, e Marcos Loreto, seu primo, foi indicado por Eduardo Campos, em 2007, para o cargo de

conselheiro do órgão. Já em 2011, Campos indicou para o mesmo cargo o seu primo João Henrique Carneiro Campos (CARTA CAPITAL, 2014).

Vale ainda salientar nesse contexto o caráter populista de Eduardo Campos e Miguel Arraes, e ainda no segundo caso, ressaltar a figura de Miguel Arraes como um mito na cultura pernambucana e brasileira, fato estes que de certa forma, evidenciam o nepotismo como um fator positivo.

Diante desse quadro, avalia-se se de fato o nepotismo é combatido no Brasil, uma vez que casos como a manutenção da família Arraes / Campos no poder tem ainda um segmento tão forte e amplo. Muitos desses parentes foram indicados, e não votados, como requerem os cargos que assumiram. Dessa forma, vê-se que a democracia por um lado foi efetuada, no caso do pleito, mas a vontade soberana do povo não tem como escolher os indicados aos cargos públicos que não requerem o uso de votos. Então cabe o político que tem a influência de indicação, usar de lisura e equidade nesse momento, o que raramente acontece, pois para manter as famílias no poder, é preciso que algum figurante sempre esteja à frente da gestão pública.

3 PADRÕES DE CARREIRAS POLÍTICAS

Nessa seção serão trazidos os padrões de carreiras políticas, fazendo assim um estudo aprofundado sobre as famílias ideológicas na política e a alternância do poder na política brasileira.

3.1 Famílias Ideológicas na Política

A ideologia pode ser entendida com um conjunto de ideias ou pensamentos de um grupo ou apenas um indivíduo, assim, a ideologia política é a visão e também os pensamentos que os políticos tem acerca do país.

A ideologia política nasceu na transição do feudalismo para o capitalismo industrial, enquanto isso, o liberalismo e o socialismo surgiram como tentativas de definir a sociedade industrial recém chegada. Nesse âmbito, o liberalismo era a favor do individualismo pelo mercado e um governo de atuação restrita; e o socialismo defendia

uma sociedade fundada na comunidade, igualdade e cooperação (HEYWOOD, 2010, p.29).

Dessa forma, no decorrer da história moderna e contemporânea houve a multiplicação de diferentes princípios e valores impetrados pelos vários movimentos políticos, fazendo nascer muitos tipos de ideologias.

Nesse contexto entende-se que a inserção das famílias ideológicas na política ocorre quando se tem uma visão de inclusão de toda família na política, fazendo acontecer o fenômeno dos “políticos de carreira”.

Como no Brasil o modelo de instituição familiar tem como base o patriarcalismo, herança da colonização e adaptado às condições do país (SAFFIOTI, 1979; XAVIER, 1998), mesmo após a desintegração do patriarcalismo rural, a filosofia patriarcal ainda é vigente na política brasileira, onde são reflexos o coronelismo, clientelismo e protecionismo (CHAUÍ, 1989), que favoreceu também o estabelecimento dos políticos de carreira, onde esta era passada de pai para filho para manutenção da tradição familiar.

Tal fato é muito comum especialmente nas pequenas cidades do interior, onde as campanhas políticas ocorrem comumente entre famílias, e os cargos, após o vencimento do pleito, normalmente são distribuídos entre os familiares dos políticos, dando origem ao nepotismo, que é mais uma consequência das famílias ideológicas na política.

A relação entre família e a política, e esta e o Estado é geralmente problemática, especialmente depois da formação do Estado moderno, em que a família está configurada como unidade privada e espaço particular dos afetos (ARIES, 1990, p. 12), sendo alvo da mira do poder político para garantir a vigência das famílias no controle do Estado.

Nos tempos remotos a família era comumente ligada ao fator político:

Até ao fim do século XVIII e primeira metade do século XIX, a teoria da família era uma teoria política, onde a ordem familiar era concebida como modelo de sociedade política. Trata-se, aqui, do modelo organicista com uma concepção da autoridade familiar que era, também, uma concepção da autoridade do poder político, pois a autoridade paternal era assimilável à do chefe da nação, esta própria legitimada por Deus. A ordem social dependia, assim, da manutenção da ordem familiar, constituindo a família a célula de base da sociedade, a partir da qual os valores da ordem social podiam desenvolver-se (COMMAILLE, 1991, p. 265-266).

Tal conceito veio a ser alterado com o surgimento do modelo individualista, onde a família passa a ser vista como uma pequena república no âmbito da democracia, sendo um lugar de expressão e realização dos direitos e liberdades individuais. Depois do século XVIII, a regulação normativa e social da família passou a estar no meio do conflito entre o modelo organicista e o individualista,

tendo prevalecido este último, fazendo com que a regulação normativa e social da família não fosse mais confundida com a representação de ordem política, exaltando assim a liberdade individual, isto é, sem os constrangimentos da família como fundamento da ordem social (DIAS, 1994, p. 100-101).

Vê-se assim que na atualidade a questão das famílias ideológicas na política não é um quesito muito desejoso na sociedade, que atualmente luta por mais igualdade entre os cidadãos, pela efetivação do controle social e por justiça, que são tópicos incoerentes com a manutenção das famílias ideológicas no poder.

Muito hoje se fala do combate ao coronelismo, ao voto de cabresto, pontos tocados no início deste trabalho. Assim, é visto que a sociedade hoje já não mais está disposta a tolerar de bom grado a manutenção das famílias ideológicas na política, estando a fiscalizar os passos dos políticos na execução das políticas públicas para que estas venham a chegar de forma igualitária aos cidadãos.

3.2 A alternância do poder na política brasileira

A democracia é um regime político em que todos os cidadãos tem o direito de votar e ser votados, tanto por eleições diretas quanto indiretas. Mesmo sendo vigente de uma forma ainda falha no Brasil, a democracia é uma das mais aceitáveis formas de governo.

Bobbio (1986, p. 169) tratou dos seguintes aspectos da democracia:

E o que é a democracia se não um conjunto de regras (as chamadas regras do jogo) para a solução dos conflitos sem derramamento de sangue? e em que consiste o bom governo democrático se não, acima de tudo, no rigoroso respeito a estas regras? Pessoalmente, não tenho dúvidas sobre a resposta a estas questões. E exatamente porque não tenho dúvidas, posso concluir tranquilamente que a democracia é o governo das leis por excelência. No momento mesmo em que um regime democrático perde de vista este seu princípio inspirador, degenera rapidamente em seu contrário, numa das tantas formas de governo autocrático de que estão repletas as narrações dos historiadores e as reflexões dos escritores políticos. Assim, a democracia é tida como um dos mais apropriados governos, uma vez que dá aos governados o direito de decidir os seus representantes, bem como inferir na criação das leis e exercer o controle social.

Dentre os aspectos da democracia encontra-se a alternância de poder na política, que é definida como sendo: “o nome dado a um conceito relacionado diretamente ao de democracia, e que condena a perpetuidade de dirigentes políticos no poder, pois tal fato desvirtuaria o caráter de um governo popular”, segundo Santiago (2017, p.1). O autor fez o seguinte comentário em relação à alternância do poder na democracia:

Na democracia, a alternância de poder é imprescindível para que novos métodos políticos e administrativos sejam introduzidos. Os novos administradores que divergem do *status quo* contribuem para reformular as antigas práticas por meio de

métodos modernos de administração, colocando assim um fim aos vícios políticos (SANTIAGO, 2017, p.3).

Dessa forma, a alternância de poder é salutar à democracia sendo um dos instrumentos da sua efetivação. Porém, esta prática ainda não é constante no Brasil, onde desde os anos 90 existe a possibilidade de reeleição para todos os cargos políticos, desencorajando a alternância do poder e criando vícios políticos, bem como dando brechas à corrupção eleitoral.

Diante do quadro político que é vivido no país, Braga (2015, p. 3) afirmou que a alternância de poder é um mito no Brasil: “A alternância de poder é um grande Mito da Democracia. Podemos até arriscar e dizer que a alternância de poder seja o maior mito da democracia”. Furquim (2014, p. 3) ainda afirmou que quando não existe a alternância de poder, na verdade se vive numa ditadura disfarçada de democracia, o que é muito maléfico ao governo.

Assim, a alternância de poder no âmbito das famílias tradicionais é rara na política brasileira, especialmente nos pequenos municípios do interior, onde ainda reina o coronelismo disfarçado de democracia. Nesses lugares, como a oferta de trabalho é escassa, as prefeituras são vistas como possíveis locais de trabalho que devem ser assegurados em troca de votos. É a chamada máquina pública, onde os votos são vendidos para assegurar as famílias no poder.

Como recursos financeiros para a compra de votos, geralmente se encontram o investimento dos empresários, estes por fim são os que dão os rumos da gestão pública. Tal fato não ocorre apenas em âmbito municipal, mas também nos pleitos estaduais e federais, sendo mais forte e notável nos municípios devido à insistência da sociedade em manter no poder as famílias tradicionais, os chamados “políticos de carreira”, dessa forma: “a maioria das mudanças partidárias nas administrações municipais ocorre dentro da mesma família ideológica”, segundo Santos (2013, p.18).

Cabe então aqui ressaltar que a alternância de poder é salutar à democracia e indispensável à esta e que sem a mesma, na verdade não há uma pura democracia, correndo-se o risco de partir para uma ditadura no momento em que certos grupos políticos se perpetuam no poder.

4 CONCLUSÃO

O voto é uma dos mais fortes instrumentos conquistados pela democracia. Infelizmente esta prática tem sido mal utilizada no país, quer seja pela compra e venda, que seja pelas más escolhas como o uso do voto de protesto ou ainda a falta de conhecimento necessário para usar a este com discernimento.

O coronelismo e o voto de cabresto, fenômenos conhecidos desde a república velha, são duas práticas anti democráticas que ocorrem de forma similar ainda hoje, especialmente nas pequenas cidades do interior, onde as famílias reinam no poder por diversas gestões seguidas, sendo bastante difícil de combater, haja vista a grande influência e poderio que estes políticos possuem.

Porém, diante do estudado nesse trabalho, é visto que a sociedade já não mais tem acolhido de bom grado tais práticas, passando a exercer mais veementemente o controle social para que as políticas públicas sejam efetivadas de modo atender a todos os cidadãos, bem como o votar com ética e responsabilidade tem sido muito divulgado nos movimentos e redes sociais, onde pode-se perceber que o brasileiro tem alcançado um novo paradigma nesse aspecto, passando de dominado para construtor da política.

Nesse quadro, o nepotismo é abominado pela sociedade, embora seja muito comum, podendo-se citar o caso da manutenção da família Arraes / Campos no poder durante amplas décadas a fio.

Diante desse panorama, observa-se que a alternância do poder é um dos instrumentos da democracia, e quando falta este item na política, corre-se o grande risco de partir-se para uma ditadura.

Assim, vê-se que a temática é de grande importância no Brasil, haja vista o cenário de corrupção eleitoral, venda e compra de votos, promessas de emprego na esfera pública, dentre outros tantos crimes eleitorais, o que macula o voto, que passa de instrumento de mudança e renovação para um meio de barganhas escusas, onde quem perde é o cidadão eleitor.

Dessa forma, respondendo à pergunta que deu origem a este artigo: **é benéfica a alternância das clãs tradicionais na política pernambucana?** A resposta é positiva, pois uma vez diante do domínio das clãs Arraes e Campos, o direito do voto independente de partidarismos ou atrelamentos familiares necessita acontecer, haja vista que não é salutar que uma família e suas extensões permaneça há décadas no poder. Tal fato é inconcebível à democracia, onde deve-se ser dada oportunidades iguais a todos os cidadãos de votar e ser votado.

Isso torna-se impossível diante da gigante máquina pública que opera em Pernambuco para manter tais clãs no poder, uma vez que estes grupos detém o poder de grandes empresários que sustentam as campanhas políticas, têm influência no magistrado e ainda dispõe de poderosas ferramentas de marketing. Tais aparatos são inacessíveis à grande parte dos candidatos, fazendo com que tais clãs mantenham-se no cenário político por décadas, o que é um forte agravo à democracia.

Assim, urge que os pernambucanos usem de fato o poder do voto para que livres de toda ideologia dominante das clãs e exerça a democracia de forma a colocar no poder candidatos de fato envolvidos com as causas públicas, e não apenas os que desejem se perpetuar na política de forma definitiva.

REFERÊNCIAS

- ALVIN, Frederico Franco. **O papel da ética no processo eleitoral**. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciariaeleitoral/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-4-ano-5/copy_of_por-que-a-urnaeletronica-e-segura>. Acesso em: 27 Mar. 2017.
- ARIES, Philippe. **História da Vida Privada**: do Renascimento ao Século das Luzes. Porto Alegre: Edições Afrontamento, 1990, Vol. 3, pp. 9-19.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo /Norberto Bobbio; tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BRAGA, Emanuel Oliveira. **Alternância de poder**: um mito na democracia. 2016. Disponível em: <<https://joseherval.jusbrasil.com.br/artigos/168433948/alternancia-dopoder-um-mito-da-democracia>>. Acesso em: 26 Abril 2017.
- CARTA CAPITAL. **Herdeiro político do avô, Campos foi deputado, ministro e governador**. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/morre-aos-49anos-eduardo-campos-8898.html>>. Acesso em: 02 abr. 2017.
- CELLOS, João Miguel Montes. **O voto Obrigatório à luz do Estado democrático de direito**: avanço ou retrocesso?. Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31393/JOAO%20MIGUEL%20MONTES%20CELLOS.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 Mar. 2017.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil (4ª.ed.). São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COMMAILLE, Jacques. **La Régulation Politique de la Famille**. In: SINGLY, François de (org.) La Famille UÉtat des Savoirs,. Paris: Éditions La Découverte, 1991.
- COTRIM, Gilberto. **História do Brasil**: um olhar crítico. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.
- EBIOGRAFIA. **Biografia de Eduardo Campos**. 2016. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/eduardo_campos/>. Acesso em: 02 abr. 2017.
- FARIAS, Airton. **História do Ceará**: dos índios a geração cambeba. Fortaleza: Tropical Editora, 1997.

FURQUIM, Sérgio Francisco. **Democracia = alternância de poder**. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/32936/democracia-alternancia-de-poder>>. Acesso em: 26 Abril 2017.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias Políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010. Vol. I.

IMA. Instituto Miguel Arraes. **Biografia**. Disponível em: <http://institutomiguelarraes.com.br/home/?page_id=62>. Acesso em: 23 Mar. 2017.

LÍGIA, Ana. **Biografia de Eduardo Campos**. 2016. Disponível em: <<http://www.estudopratico.com.br/biografia-de-eduardo-campos/>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

MICHAELIS ONLINE. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=&t=&palavra=clã>>. Acesso em: 29 maio 2017.

SANTIAGO, Emerson. **Alternância de Poder**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/politica/alternancia-de-poder/>>. Acesso em: 26 Abril 2017.

SANTOS, André Marengo dos. Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e alinhamentos nos municípios brasileiros. **Opinião Pública**, v. 19, n. 1, p. 01-20, 2013.

SEVERO, Alexandre. **Ex-Governador Miguel Arraes**. 2017. Disponível em: <<http://jc.ne10.uol.com.br/blogs/pingafogo/2016/03/27/miguel-arraes-e-os-sinais-previosdo-golpe-no-chile/>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 27º Ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2006.

LIMA, Valdira Bezerra. **Ética e Política: coronelismo, voto e cabresto**. Webartigos. 2014. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/etica-e-politica-coronelismo-voto-ecabresto/122124/>>. Acesso em: 25 Mar. 2017.

MANSOLDO, Mary. **O Voto Ético enriquece o País e fortalece a Democracia**. Junqueira Sampaio Advogados. 2010. Disponível em: <<http://www.arcos.org.br/artigos/o-voto-eticoenriquece-o-pais-e-fortalece-a-democracia/>>. Acesso em: 25 Mar. 2017.

MATAIS, Andreza. **PF encontra chip de celular em escombros de acidente que matou Eduardo Campo**. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-doestadao/pf-encontra-chip-de-celular-em-escombros-de-acidente-que-matou-eduardocampos/>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

MENDES, Gil Luiz. **João Campos, o herdeiro de Eduardo, chega à política.** 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/joao-campos-o-herdeiro-de-eduardo-chega-a-politica>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

O GUIA DOS CURIOSOS. **10 casos em que o voto foi usado em forma de protesto.**

Disponível em: <<http://guiadoscuriosos.uol.com.br/categorias/5151/1/votos-deprotesto.html>>. Acesso em: 25 Mar. 2017.

O QUE é ética?. [s.i.]: Cidadão Alerta, 2013. (8 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vjKaWIEvyvU>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

PERNAMBUCO. Governo do Estado de Pernambuco. **Galeria de Governantes.** 2017. Disponível em: < <http://www.pe.gov.br/governo/galeria-de-governadores/miguel-arraes-dealencar/>> Acesso em: 24 Mar. 2017.

PORTAL UFCG. **Miguel Arraes de Alencar.** 2017. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/MigAraes.html>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

QUEIROZ, Adolfo. MERGULHÃO, Mariana. **Voto de protesto ou estratégia de marketing?** Artigo apresentado ao Grupo de Trabalho de Propaganda e marketing político no V Congresso da Compólitica, realizado em Curitiba/PR, 2013. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT09-Propaganda-emarketing-politico-AdolphoQueiroz.pdf>>. Acesso em: 25 Mar. 2017.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes:** mitos e realidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

SOUSA, Rainer Gonçalves. A questão democrática no Brasil. **Brasil Escola.** Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/politica/primordios-democracia-patria-tupiniquim.htm>>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

SCHREIBER, Mariana. **Trinta anos após fim da ditadura, Brasil tem 'democracia imperfeita'.** 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150313_democracia_30anos_pai_ms>. Acesso em: 21 mar 2017.

TEODÓSIO, Sheila de Sousa. OLIVEIRA, Andressa Gregorio de. RODRIGUES, Raissa Araujo de Sousa. **Coronelismo:** práticas sociais ainda vigentes na república brasileira. VII CONNEP. 2012. Disponível em: <<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/1563/2985>>. Acesso em: 25 Mar. 2017.

ÚLTIMO SEGUNDO. **Eduardo Henrique Accioly Campos.** 2017. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/eduardo-campos/53e8e19a08ec508e5700009c.html>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

YIN. R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

XAVIER, E. **Declínio do patriarcado:** a família no imaginário feminino. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1998.